

# Educação denuncia CORRÊO BRAZILIENSE

## gastos excessivos

23/4/80 1985

A professora Eurides Brito, ex-secretária de Educação e Cultura, autorizou, nos três últimos meses de sua gestão, gastos considerados "criminosos", que consumiram em apenas 90 dias, os Cr\$ 231.9 bilhões previstos no orçamento para todo o ano de 85. A denúncia foi feita ontem pelo secretário Pompeu de Souza, acrescentando que o Tribunal de Contas do Distrito Federal solicitou um levantamento completo dos gastos da SEC este ano, devido às suspeitas de irregularidades.

Segundo Pompeu de Souza, o rombo deixado pela equipe anterior foi tão grande que, ao assumir o cargo, encontrou uma verdadeira "situação de terra arrasada", com os cofres vazios, mas com um estoque de papel capaz de atender as necessidades da Secretaria para além do ano 2000. Para dar uma idéia da dimensão do

problema, o secretário lembrou o recente caso do Instituto de Administração Financeira da Previdência Social (Iapás), "onde se compraram formulários que chegariam ao ano 2600, inclusive formulários que não se usam mais".

Em matéria de papel, o que se comprou na nossa Secretaria, eu não sei até quando vai durar. Hoje nós não sabemos onde armazenar tanto papel — disse.

Segundo o secretário, houve uma política de "gastar, gastar e gastar", sem critérios e sem se levar em conta as prioridades ou necessidades do setor. Ele informou que na gestão de Eurides Brito, principalmente nos últimos três meses, foram construídas escolas metálicas, "que não são escolas, são verdadeiros containers".

Pompeu de Souza observou

que o desconforto nessas escolas é tão grande que as crianças e os professores parecem cargas, já que não houve qualquer preocupação com fato de que no calor alunos e professores não têm qualquer conforto. "Quando faz sol as crianças assam como leitõeszinhos e, quando chove, elas não escutam nada porque o teto não permite". Mesmo assim, segundo o secretário, essas escolas custaram mais que as convencionais.

Na última quarta-feira, o presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal enviou um ofício a Pompeu de Souza pedindo contas das irregularidades cometidas nas licitações para a construção dessas escolas. "Nessas concorrências houve várias irregularidades e as escolas saíram por um preço que até parece o caso dos formulários do Iapás", afirmou.